

SCHILLING, Heinz, *Martin Luther, rebel in an age of upheaval*, Oxford, Oxford University Press, 2017, 608 p.

O ano de 2017, no qual se comemoraram os 500 anos da afixação das teses de Lutero, conheceu um número considerável de biografias do Reformador, de autores como Adriano Prosperi, Lyndal Roper ou Peter Marshall¹. A biografia da autoria do historiador alemão Heinz Schilling, que aqui se recenseia, inscreve-se nessas comemorações, indo muito além do relato da vida e obra do reformador. O antigo professor da Universidade de Humboldt (Berlim) traça em cerca de 600 páginas o perfil do teólogo de Wittenberg em toda a sua complexidade humana, mostrando-nos como Luder se tornou Lutero, tanto pelas suas indiscutíveis qualidades, como pelos seus defeitos e contradições. Esta é uma obra que aborda diversos planos e abarca diferentes escalas, cruzando de modo exemplar o mundo privado de Lutero, e o modo como este se refletiu na sua teologia, mas também as profundas conexões entre os diversos contextos em que os fenómenos religiosos se inscrevem. O político, o social e o cultural não são atores secundários nesta obra, residindo aí uma das suas mais valias e uma marca indistinta do autor. Não é de espantar, assim, que a principal tese que perpassa a biografia seja a ideia de confessionalização, conceito que o autor — juntamente com Wolfgang Reinhard — vem desenvolvendo desde os anos 80 do século xx e que surge aqui com um enfoque especial no papel de Lutero na construção dos Estados confessionais.

Schilling propõe-se mostrar “the uncontaminated Luther” (p. 3), liberto de interpretações enviesadas que veem no Reformador, por vezes um revolucionário que inaugurou a modernidade, o herói alemão, por vezes um precursor do nacional-socialismo. Recorrendo à obra escrita de Lutero — tanto a de natureza teológica como a inúmera correspondência que trocou com companheiros, familiares, mas também antagonistas — e às famosas *conversas à mesa*, o historiador, sempre criterioso na utilização das fontes, imerge-nos no mundo intelectual, mas também privado de Lutero. Ao interligá-lo com as circunstâncias da época, demonstra como o teólogo foi o produto de um período em mudança, ao mesmo tempo que contribuiu de forma decisiva para essa mesma transição.

O recurso à iconografia, não sendo muito relevante nem inovador, especialmente por existir pouca interligação com o texto, tem duas importantes

¹ Adriano Prosperi, *Lutero, gli anni della fede e della libertà*, Milão, Mondadori, 2017; Lyndal Roper, *Martin Luther: Renegade and Prophet*, London, Penguin Random House, 2017; Peter Marshall, *Martin Luther and the invention of the Reformation*, Oxford, Oxford University Press, 2017.

exceções. Em primeiro lugar, a inserção de mapas, importante auxiliar do leitor na compreensão do território do que hoje constitui a Alemanha. Em segundo, os retratos de Lutero de Lucas Cranach, a partir dos quais Schilling evidencia as transformações físicas e psicológicas do teólogo, e que mostram que a imagem do Reformador foi promovida e utilizada como arma pelos reformistas.

Composto por três partes — balizadas quer pela vida de Lutero, quer pela história da Reforma — o livro segue uma estrutura cronológica, inteiramente justificada pela importância da sequência dos acontecimentos que levaram ao desencadear da Reforma. Prejudica, no entanto, a leitura imediata das teses do reformador, dada a dispersão de algumas matérias pelas diversas etapas da vida do teólogo, cujo pensamento evoluiu no tempo.

A primeira parte, que abre com uma ampla contextualização sobre o mundo religioso e político da época, centra-se na infância e juventude de Lutero, cuja angústia, em torno da fragilidade da vida e da possibilidade de salvação, o leva à Ordem dos Agostinhos e a trilhar um caminho de intensa reflexão teológica. Aqui se procura conhecer a influência que movimentos como o da *Devotio Moderna* tiveram na formação de Lutero ou como a experiência no mosteiro de Erfrut — e o contacto com Staupitz, mentor do jovem monge — poderá ter sido decisiva, quer na sua postura crítica, quer na importância que viria a dar à Sagrada Escritura.

A experiência como professor em Wittenberg e os inícios da Reforma marcam a segunda parte do livro. São estes os anos decisivos do trabalho teológico de Lutero, quando se consuma a rutura com Roma, mas também em que se criam divisões perenes entre o campo reformista. Os momentos fundamentais deste percurso são sobejamente conhecidos, da afixação das 95 teses em 1517, à Dieta imperial de Worms em 1521, que condenará o teólogo. Entre essas datas Lutero produz os seus principais tratados, que irão definir o seu pensamento teológico, focado num regresso às origens e às escrituras. Apesar de recusar a filosofia escolástica e os Pais da Igreja, foi em Agostinho — e na leitura deste da Carta de S. Paulo aos Romanos — que se inspirou para proferir um dos textos chave da sua teologia: o sermão da dupla justificação. O homem justifica-se pela fé e pela graça, não pelas suas boas obras. Em 1520 a rutura com Roma torna-se inevitável. No tratado *O Cativo Babilónico de Roma* reconhece apenas três dos sete sacramentos da Igreja Católica (o batismo, a penitência e a eucaristia) e em *A liberdade do Cristão* pede, nada menos que, a dissolução da cúria romana. Ao defender a liberdade dos crentes, nega a mediação sacerdotal e a santidade. O único mediador entre os homens e Deus é Cristo.

A chamada *experiência da torre*, momento em que Lutero deixa de se inscrever nos movimentos de Reforma Católica que clamavam por um concílio

— e que estavam a acontecer em paralelo na Península Ibérica e em Itália —, ocorreu durante o período de turbulência causado pela afixação das teses e não em data anterior a 1517, o que constitui uma nova interpretação daquele acontecimento marcante (p. 121). Afastando-se da renovação católica, o ainda monge agostinho propôs uma nova devoção baseada somente na fé e na graça. A afixação das teses não foi mais que um meio — normal para a época — de iniciar uma discussão académica. O facto de se terem tornado um catalisador da reforma, desenvolvendo uma dinâmica própria, resultou do modo como foram comunicadas e de um ambiente propício, quer político, quer intelectual, que Schilling descreve de forma ímpar no capítulo dedicado a Wittenberg.

Que o historiador não vê em Lutero um revolucionário — embora afirme a radicalidade da sua teologia — resulta bastante evidente ao longo da obra. Lutero não queria abalar a ordem existente, queria regressar às Escrituras e à fundação do cristianismo. Daí a contínua rejeição das formas mais radicais que nasceram entre os protestantes: recusa a iconoclastia, a anarquia e todas as formas de violência. Para Lutero, Muntzer era um radical e a guerra dos camponeses deveria ser travada pelo poder secular.

A derrota dos camponeses, indelevelmente associada às duras palavras de Lutero, marcou um ponto de viragem na Reforma. Não só as diferenças no campo protestante se tornam irreconciliáveis — em torno de questões como o batismo e a eucaristia — como se afirma um Lutero progressivamente mais intransigente, que recusa o diálogo. Incapaz de fazer concessões e vendo-se a si como um profeta e aos seus adversários como criaturas do diabo, compreende que a Reforma, para sobreviver, tem de perder as suas ambições universalistas e deixar de ser um movimento comunal, que emerge de baixo, das comunidades. O poder secular é chamado a envolver-se de forma direta na Reforma, num ato deliberado e promovido por Lutero.

É esta viragem, na qual Schilling funda a criação do que designa por Igrejas territoriais (resultado da aliança entre o poder político e religioso) que constitui um dos temas principais da terceira parte da biografia. A construção da Igreja Luterana — que passou pelo envolvimento crescente do poder secular, quer na educação, quer na manutenção da estrutura religiosa — e a progressiva intervenção política de Lutero são também alvo de destaque. Os documentos marcantes do protestantismo, a *confessio augustana* do lado luterano (e mais tarde os artigos de Esmalcalda), a *confessio* de Zwingli, mas também a *confutatio* do campo católico, estabelecem — diz Schilling — o caminho para a idade confessional, “that period during the late sixteenth and early seventeenth centuries in which religion, formulated around *confessio*/confessions, determined the essential character of both politics and society” (p. 399).

Realce-se que o contributo de Lutero para a construção da modernidade é uma das ideias-chave desta biografia. A ação do teólogo é vista como a condição fundamental que levou à heterogeneidade cultural, política e religiosa da Europa, tendo conduzido o mundo a uma mudança em direção ao secularismo, ao pluralismo e à liberdade de consciência. Este resultado, que não foi deliberado, radica na diversidade confessional — consequência do fim das aspirações universalistas tanto de Roma como da Igreja Luterana — e na viragem secular que a Reforma originou. Esta última é entendida não no sentido de des cristianização, mas enquanto sensibilidade individual que age no mundo, “religion was brought into, and acted in the world” (p. 448) e onde as autoridades seculares tiveram um progressivo protagonismo.

Em suma, Schilling reafirma neste livro o impacto da aliança entre a Igreja e o Estado, em quase todos os aspetos da vida — do político e social ao cultural e intelectual — decorrido tanto no lado católico, como no protestante. Os trajetos das duas confissões, que de acordo com o autor foram similares, conduziram à formação dos Estados confessionais, ao reforço da identidade política, e em última análise à emergência da modernidade. Lutero, Inácio de Loyola e Calvino foram os três reformadores que lideraram, de acordo com o historiador, esse processo, mas Lutero assume o papel principal (p. 527). Sem a Reforma, Trento — que o autor denomina por “radical revitalization of religion” (p. 533) — não teria sido possível, e uma nova Igreja não teria emergido.

Feita uma síntese da estrutura e das principais linhas da obra, cabe tecer algumas considerações acerca do livro, em especial sobre a confessionalização, conceito que não está isento de controvérsia. Em Portugal, José Pedro Paiva e Federico Palomo fizeram uso desta categoria, apontando — sobretudo o primeiro — alguns problemas na sua aplicação². Entre esses, refira-se a tendência para uniformizar os caminhos bem distintos das duas Igrejas cristãs — Romana e Luterana —, ignorando-se os diferentes contextos e processos de disciplinamento da população, a que acresce uma leitura da religiosidade que é refém de uma visão de cima para baixo, isto é, focada nas elites eclesiásticas e seculares. Na mesma linha, mas muito mais incisivas, são as críticas feitas em estudos coletivos com enfoque nos movimentos reformistas, como é o caso das obras *The Ashgate Research Companion to the Counter-Reformation* ou *The Oxford Illustrated History of the Reformation*, onde as apreciações introdutórias e em especial os artigos de Ute Lotz-Heumann e de Alexandra Walsham merecem

² José Pedro Paiva, “O Estado na Igreja e a Igreja no Estado. Contaminações, dependências e dissidência entre o Estado e a Igreja em Portugal (1495-1640)”, *Revista Portuguesa de História*, 40 (2008/2009), p. 383397; Federico Palomo, *A Contra-Reforma em Portugal, 1540-1700*, Lisboa, Livros Horizonte, 2006.

especial menção³. Não cabe aqui efetuar uma apreciação destas obras, mas apenas chamar a atenção para o facto de algumas das leituras que a biografia de Lutero propõe não serem unânimes, por se basearem numa simplificação da sociedade e dos seus processos de transformação. Especial pertinência tem o artigo de Alexandra Walsham sobre o legado dos movimentos reformistas, que nos dá um retrato bem mais complexo do que o traçado por Schilling.

A visão da professora de Cambridge centra-se nos movimentos contraditórios desencadeados pela Reforma, em especial a dicotomia tolerância/intolerância, dando muitos e importantes exemplos que demonstram o caminho sinuoso e repleto de reveses do despontar da modernidade. Heinz Schilling, por seu turno, acentua que a Reforma conduziu a Europa para a modernidade e para o “secularism, pluralism, and freedom of conscience” (p. 531), desenhando o que muitas vezes parece um caminho demasiado rápido e direto. É verdade que o historiador reconhece que esse percurso foi também “evil and destructive” (p. 528), e que o legado de Lutero foi em grande medida inconsciente e involuntário. Mas, se o retrato do teólogo é complexo, cheio de cambiantes e nada reducionista, já as conclusões sobre o seu legado, mesmo numa análise na longa duração, pecam por vezes por não espelhar o lado negativo e contraditório do processo, pouco valorado nas interpretações gerais do historiador. Ainda que se apontem particularidades e exceções a essa leitura global, a imagem que se transmite é a do poder transformador de Lutero, no sentido de um mundo melhor. Ora, esse nexos de causalidade que Shilling subscreve foi certamente muito mais ténue e tortuoso.

ANA SANTIAGO FARIA

Doutoranda em História Moderna

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

<https://orcid.org/0000-0002-9257-118X>

³ Alexandra Walsham, “Reformation Legacies” in Peter Marshall (ed.), *The Oxford Illustrated History of the Reformation*, Oxford, Oxford University Press, 2015, p. 227-268; Ute Lotz-Heumann, “Confessionalization” in Alexandra Bamji, Geert H. Janssen, Mary Laven (eds.), *The Ashgate Research Companion to the Counter-Reformation*, Aldershot, Ashgate, 2013, p. 33-53.